COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 220/2017 – RH/DAF PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

O Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará – CODEC, no uso das atribuições legais que lhe confere o Estatuto e, CONSIDERANDO o que dispõe o art. 199 e seguintes da lei 5.810/94, os termos do Processo 2016/433272 e a Ata de Instalação e Deliberações da Comissão Processante de 09/10/17, CONSIDERANDO, a necessidade da Comissão de PAD dispor de mais tempo para conclusão do Procedimento Administrativo Disciplinar, instaurado através da PORTARIA Nº 175/2017-RH/DAF, de 04/08/2017, publicada no DOE 33.442 de 22/08/2017, CONSIDERANDO a necessidade de substituição de membro da referida Comissão;

- PRORROGAR por mais 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2017, com fundamento no artigo 208, da Lei n.º 5.810/94.

- DESIGNAR o servidor NEWTON MONTEIRO RODRIGUES, Secretário de Diretoria, matrícula 2014335/1 como membro da Comissão Apurativa, em substituição ao servidor KLEBER MURAT BRAUN DE QUEIROZ JUNIOR, matrícula 5899725/1, Chefe do Núcleo de Informática.

Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se. Belém, 18 de Outubro de 2017.

OLAVO ROGÉRIO BASTOS DAS NEVES. Presidente.

Protocolo: 238765

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 221/2017 – RH/DAF

O Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará – CODEC, no uso das atribuições legais que lhe confere o Estatuto. CONSIDERANDO os termos do Processo 2017/443550; resolve:

I - CONCEDER ao servidor IGOR VALERIO ZAGURY, matrícula n.º 5913144/3, ocupante do cargo de Gerente de Patrimônio e Serviços, a importância de R\$ 700,00 (setecentos reais), a fim de cobrir despesas de pronto pagamento, a ser aplicado de acordo com a classificação orçamentária abaixo:

Natureza de Despesa:

- 339030 – Despesas de Consumo R\$ 450,00
- 339039 – Serviço Pessoa Jurídica R\$ 250,00

II - O período de aplicação do suprimento ora determinado deverá ser de 60 (sessenta) dias, a contar da data da emissão da ordem bancária e para a prestação de contas, 15 (quinze) dias após o término da referida aplicação.

Registre-se, Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se. Belém, 18 de Outubro de 2017.

OLAVO ROGÉRIO BASTOS DAS NEVES. Presidente.

Protocolo: 238808

DIÁRIA

PORTARIA Nº 219/2017 – RH/DAF

O Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará – CODEC, no uso das atribuições legais que lhe confere o Estatuto e, CONSIDERANDO os termos do Processo 2017/445418, resolve CONCEDER diária ao servidor abaixo descrito:

NOME: AUGUSTO CESAR SILVA DA ANUNCIACAO FILHO, matrícula 5904066/4, ocupante do cargo de Gerente de Desenvolvimento.

OBJETIVO: Acompanhar investidor em visita à área para implantação de planta industrial.

DESTINO: Barcarena

PERÍODO: 20/10/2017

QTDE: ½ diária

Registre-se, publique-se e cumpra-se. Belém, 18 de Outubro de 2017.

OLAVO ROGÉRIO BASTOS DAS NEVES. Presidente.

Protocolo: 238698

OUTRAS MATÉRIAS

CONTRATO CAZBAR CONTRATO: 012017 EXERCÍCIO: 2017

Objeto: prestação de serviços de publicação em jornal de grande circulação das demonstrações contábeis, relatório de administração, parecer do Conselho Fiscal, parecer do Conselho de Administração e parecer dos Auditores Independentes para a Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportações de Barcarena – CAZBAR

Valor Total: **R\$ 22.676,00 (vinte e dois mil, seiscentos e setenta e seis reais)**

Data de assinatura: **21/03/2017**

Vigência: **21/03/2017 à 19/06/2017**

Fundamentação Legal: Dispensa de Licitação, nos termos do artigo Art. 29, II da lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto Estadual nº 2.168, de 10 de março de 2010 e da Resolução nº 001, de 16 de março de 2010, e na Instrução Normativa SEAD/DGL Nº001, de 09 de abril de 2012.

Contratado: GAMMA COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ/MF nº 04.672.859/0001-06

Endereço: Travessa Rui Barbosa nº 779, Bairro Reduto, CEP: 66.053-260, Belém-PA

Telefone: (91) 4009-9700

Ordenador: Olavo Rogério Bastos das Neves

Protocolo: 238847

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ

APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 020/2016

O presente Termo tem como objeto a inclusão da natureza de despesa disposto na Cláusula Quarta - da Dotação Orçamentária do Contrato Administrativo nº 020/2016 firmado entre o Instituto de Metrologia do Estado do Pará e a empresa PROSPERA AUTO SERVIÇO LTDA, razão pela qual resolve apostilar que passa a vigorar a partir desta data.

Nº CONTRATO	NATUREZA DE DESPESA
020/2016	44905200 - Material Permanente

Belém-PA, 17 de Outubro de 2017.

JORGE OTÁVIO BAHIA DE REZENDE

Presidente/IMETROPARÁ

Protocolo: 239034

NÚCLEO EXECUTOR DO PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº. 77/2017-NEPMV

O Diretor Administrativo e Financeiro do NEPMV, no uso das atribuições que lhe são conferidas por delegação de competência do Diretor de Geral do Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes;

Considerando as informações constantes dos autos do presente Processo Administrativo Nº.: 2017/304533 – NEPMV e o Relatório da Comissão de Apuração do NEPMV sobre a análise da defesa prévia, adotando-o como fundamento da decisão e;

Considerando ainda, que a contratada foi notificada na forma da Lei, através da Notificação Nº 014/2017-NEPMV;

RESOLVE,

Aplicar à empresa PILAR – TERRAPLENAGEM, LOCAÇÕES, CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Princesa Izabel, nº 427 D, Centro, CEP 68.670-000, Bujarú/PA, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 14.726.352/0001-33 às seguintes sanções administrativas:

1) Rescisão do Contrato Nº.: 004/2016 – NEPMV, prevista no item 12.2.1 da Cláusula 12ª (Décima Segunda) do Contrato Nº.: 004/2016 – NEPMV, pelo não cumprimento de cláusulas contratuais (cláusulas 4.4; 9.1; 9.8;e 11.1), conforme art. 78, inciso I e art. 79, inciso I da Lei Nº.: 8.666/1993, e prevista no item 12.2.2 da Cláusula 12ª (Décima Segunda), pelo

cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, condições e prazos, por realizar a alteração dos dados cadastrais no SICAR, sem prévia autorização da Contratante, conforme na alínea "d" do item 3.2.4 da Cláusula 3 (terceira) do Termo de Referência, Anexo I do Contrato nº.: 004/2016-NEPMV) ou autorização dos proprietários afetados, confirmados pela Comissão de Fiscalização do Contrato Nº.: 004/2016-NEPMV.

2) Devolução do valor integral pago, até o presente momento, do Contrato Nº.: 004/2016-NEPMV ao Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes, de acordo com o artigo 5º da Lei nº. 8.429/1992 e artigos 186 e 927 do Código Civil por considerar o universo das situações identificadas durante a apuração das denúncias (pagamentos em duplicidade, CAR retificados e pagos sem a devida aprovação prévia da Contratante, ausência da documentação requerida no Contrato).

3) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior, prevista na Lei nº. 8.666/1993, art. 87, inc. IV, c/c a subcláusula 13.1.4 da Cláusula 13 (Décima Terceira) do Contrato Nº.: 004/2016 – NEPMV.

4) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato Nº.: 004/2016 – NEPMV, prevista na Lei nº. 8.666/1993, art. 87, inc. II, c/c a subcláusula 13.2.7 da Cláusula 13 (Décima Terceira) do Contrato Nº.: 004/2016 – NEPMV, diante da comprovação de fraude praticada pela empresa PILAR – TERRAPLENAGEM, LOCAÇÕES, CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA – ME, que procederam com a retificação de CAR (e pagos pela Contratante como sendo Cadastros Ambientais Rurais originais) e alteração dos dados cadastrais no SICAR, sem prévia autorização da Contratante e dos proprietários afetados, confirmados pela Comissão de Fiscalização do Contrato Nº.: 004/2016-NEPMV.

5) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato Nº.: 004/2016 – NEPMV, prevista na Lei nº. 8.666/1993, art. 87, inc. II, c/c a subcláusula 13.2.8 da Cláusula 13 (Décima Terceira) do Contrato Nº.: 004/2016 – NEPMV, pela não apresentação da documentação solicitada, confirmados pela Comissão de Fiscalização do Contrato Nº.: 004/2016-NEPMV – fl. 14) na Notificação Nº.: 004/2017-NEPMV, descumprindo assim as cláusulas 4.4; 9.1; 9.8;e 11.1 do Contrato Nº.: 004/2016 – NEPMV.

6) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato Nº.: 004/2016 – NEPMV, prevista na Lei nº. 8.666/1993, art. 87, inc. II, c/c a subcláusula 13.2.4 da Cláusula 13 (Décima Terceira) do Contrato Nº.: 004/2016 – NEPMV, pela confirmação de comportamento inidôneo da Contratada, seus funcionários e representantes, quando detectada a fraude pela Comissão de Fiscalização do Contrato Nº.: 004/2016-NEPMV.

Belém, 17 de outubro de 2017.

EDSON DUARTE DE JESUS

Diretor Administrativo e Financeiro do Núcleo Executor do

Programa Municípios Verdes – NEPMV

Protocolo: 238707

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO CREDCIDADÃO

DIÁRIA

RESUMO DA PORTARIA Nº 245 DE 18 DE OUTUBRO DE 2017.

Nome	Rodolfo Batista Guedes
Cargo	Diretor Operacional
Nº de diárias	2 ½ (duas e meia diárias)+
Origem	Belém
Destino	Santarém
Objetivo	Realizar comitê de crédito dos microempreendedores beneficiados com o Programa de Microcrédito do Governo do Estado, através do NGPM-CREDCIDADÃO nos municípios de Almerim, Juruti, Monte Alegre, Prainha, Oriximiná, Alenquer e Santarém do Polo Baixo Amazonas.
Período	30/10 a 01/11/2017.

Maria Alves dos Santos-Diretora-Geral/NGPM-CREDCIDADÃO.

Protocolo: 239205